

INSTITUTO  
SOCIOAMBIENTAL  
Documentação  
*A crítica*  
Fonte  
Data 18-19/6/2000 Pg 15  
Class. 47

Manaus, domingo, 18 e segunda-feira, 19 de junho de 2000

a crítica ECONOMIA a 15

## EXPLORAÇÃO DE MINÉRIOS

# Urucará quer mais que prejuízos

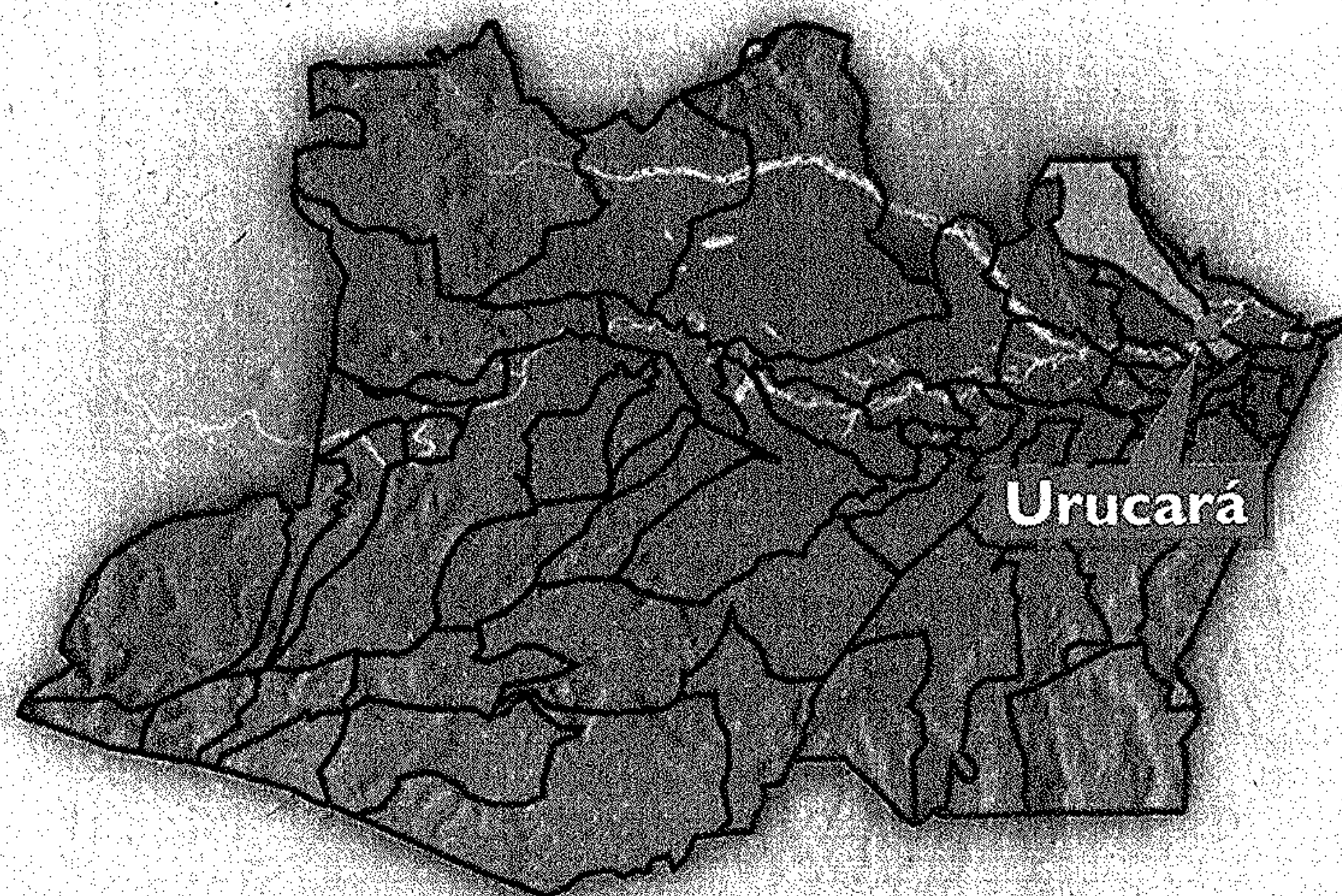
**PREFEITO DO MUNICÍPIO AFIRMA QUE AS CRATERAS DEIXADAS PELA EXPLORAÇÃO DOS MINERAIS PRÓXIMO AO RIO JATAPU CAUSAM PREOCUPAÇÃO**

TEREZINHA PATRÍCIA

O município de Urucará (a 259 quilômetros de Manaus) recebe mensalmente R\$ 4 mil de royalties da exploração de ferro, calcário e gipsita por parte da Itautinga Agro Industrial S.A. "O valor é insignificante", reclama o prefeito Pedro Falabela. Ele calcula que a importância poderia subir para R\$ 20 mil ou R\$ 30 mil, "se houvesse controle sobre a produção". Além da evasão de impostos, que estaria ocorrendo, o prefeito aponta também os custos ambientais. O secretário estadual de Fazenda, Alfredo Paes, disse, por meio da Agência de Comunicação do Governo do Estado (Agecom), que vai mandar levantar a produção de minério no município e os valores referentes a arrecadação de impostos.

O prefeito não arrisca dimensionar as crateras abertas em consequência da exploração dos minerais, mas diz que a visão delas deixa qualquer um preocupado. Falabela

## ONDE FICA



## POTENCIAL

### Reserva tem 47 milhões de toneladas

O diretor da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), Fernando Pereira de Carvalho, classifica como "excelente" a reserva de calcário explorada pelo grupo João Santos, que inclui a Itautinga e Cimento Nassau, no município de Urucará. A reserva é de 47 milhões de toneladas e o minério poderia ser utilizado na agricultura, além de principal componente do cimento. O município tem também reservas de ferro e gipsita, um mineral de onde se extrai o gesso. A reserva de ferro, com 10.613.961 milhões de toneladas, é de pequeno a médio porte, se comparada com Carajás (PA), que tem 22 bilhões de toneladas, mas é importante para o Amazonas porque é a única já

identificada. A mina pertencia a extinta Companhia Siderúrgica do Amazonas (Siderama).

A gipsita - sulfato de cálcio - tem emprego principalmente na indústria de cimento, para retardar o enrijecimento do produto. Na construção civil aparece em forros de gesso e na agricultura é utilizada como fixador de nutrientes. A jazida de Urucará foi avaliada pela CPRM em 1,8 milhão de toneladas e é considerada de pequeno porte.

O calcário, com teores de óxido de cálcio, entre 36% a 65% e de óxido de magnésio entre 0,43% e 5,14% representa boa perspectiva para a agricultura. No Amazonas os produtores pagam R\$ 100 por tonelada, enquanto o produto é vendido a R\$ 15 no Paraná, compara Carvalho. Ele disse que há possibilidade da existência de cloreto de potássio e cloreto de sódio, em Urucará. O cloreto de potássio tem emprego na agricultura, enquanto o cloreto de sódio, é o sal de cozinha, que também pode ser utilizado na indústria de soda cáustica.

não sabe se haveria contaminação de cursos d'água, afirma porém que os trabalhos são feitos numa área próxima ao rio Jatapu. Ele desconhece a presença de técnicos do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam) inspecionando a área. As minas ficam na

localidade de Santa Maria do Jatapu, na zona rural, distante um dia de barco da sede municipal.

No que diz respeito à mão-de-obra, a presença da Itautinga pouco representa para Urucará, porque são gerados somente 45 empregos. O prefeito considera que esse qua-

dro poderia mudar se a Exatoria instalada no município - uma representação da Secretaria Estadual de Fazenda - se preocupasse em controlar a produção, conferindo as toneladas pelo número de balsas que passam a 15 minutos da sede municipal, em direção a Manaus.

## Empresa silencia

A CRÍTICA procurou a Itautinga Agro Industrial para falar sobre a exploração de minérios em Urucará. O diretor da empresa, Sassaoka, indicou o gerente Eduardo Moura, da Itaiguara, pertencente ao mesmo grupo, e que seria o responsável pelo setor. Apesar de ter marcado entrevista pelo telefone com um dia de antecedência, Moura se negou a prestar qualquer tipo de informação, justificando que a empresa é privada e só divulga o que lhe interessa. Questionado porque ele teria concordado em receber a repórter, Moura explicou que precisava fazer um "desabafo" com relação a postura dos jornalistas locais que "deturpam tudo". Ele lembrou que há três anos a Itautinga foi acusada de poluição

ambiental na estrada que leva até o porto, nas imediações do Encontro das Águas. A empresa teria sido multada pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), mas depois a multa foi desconsiderada. Desse episódio ele ficou com má impressão da imprensa local.

Depois de três anos a situação continua a mesma na estrada que vai da bifurcação do Aleixo até o porto. A extensão de aproximadamente 150 metros parece uma paisagem de Natal europeu, só que o branco que encobre a vegetação não é neve e sim calcário. Moura se defende dizendo que o calcário é colocado no solo para permitir o tráfego já que a Prefeitura não dá manutenção à estrada.

## Ipaam acompanha projeto

No projeto apresentado ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam), em 1990, a Itautinga Agro Industrial S.A. previa a exploração de 35 mil toneladas/mês de calcário, 30 toneladas/ano de gipsita e 20 toneladas/ano de ferro, no município de Urucará. Naquela época havia 140 funcionários, hoje o quadro foi

reduzido para 45, dos quais dez estão na administração e 35 na produção. O anteprojeto de lavra apresenta uma área de mil hectares para o projeto, sendo que 83,2 hectares seriam desmatados para a exploração, incluindo aí uma pista de pouso.

O Ipaam faz o acompanhamento do projeto e uma equipe visita a

área de duas a três vezes ao ano, informa a geóloga Rosa Mariete Geissler, do setor de fiscalização. Como a licença ambiental foi renovada recentemente ela afirma que a empresa está cumprindo a legislação. As crateras que preocupam o prefeito de Urucará, Pedro Falabela, são necessárias para permitir os trabalhos de lavra. Como

medida de correção a Itautinga prevê a implantação de um projeto de aquicultura, mas que só poderá ser feito depois que a mina for desativada, explica Rosa Mariete.

Para a exploração mineral há uma série de exigências, entre as quais o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima).